


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 17h30h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009283-93.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Eleição**
 Requerente: **Elias Hage Junior**
 Requerido: **Associação de Ex-Alunos de Engenharia de Materiais da UFSCar - DEMaEx**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Elias Hage Junior requereu, por meio deste procedimento de jurisdição voluntária, a sua nomeação como administrador provisório da Associação de Ex-Alunos de Engenharia de Materiais da UFSCar, autorizando-o a praticar todos os atos necessários à administração da entidade, inclusive de convocar assembleia e de administrar os recursos depositados na conta corrente 7817-4, agência 1888-0, do Banco do Brasil, tendo em vista o decurso do prazo de dois anos para novas eleições, razão pela qual o Banco do Brasil bloqueou o pagamento dos cheques emitidos pelo então presidente.

Decisão de folhas 65 deferiu a liminar e nomeou o autor como administrador provisório da associação.

O Ministério Público declinou de oficiar no feito (**confira folhas 76**).

A Associação foi formalmente citada na pessoa do presidente eleito por ocasião da última assembleia (**confira folhas 95**).

O autor manifestou-se a folhas 98, trazendo aos autos a ata da Assembleia realizada em 28/11/2014 em que foi eleita a nova diretoria, devidamente registrada perante o Cartório de Registro Civil competente (**confira folhas 99/128**).

Relatei. Decido.

1009283-93.2014.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, sendo impertinente a dilação probatória.

O autor requereu, por meio deste procedimento de jurisdição voluntária, a sua nomeação como administrador provisório da Associação de Ex-Alunos de Engenharia de Materiais da UFSCar, autorizando-o a praticar todos os atos necessários à administração da entidade, inclusive de convocar assembleia e de administrar os recursos depositados na conta corrente 7817-4, agência 1888-0, do Banco do Brasil, tendo em vista o decurso do prazo de dois anos para novas eleições, razão pela qual o Banco do Brasil bloqueou o pagamento dos cheques emitidos pelo então presidente.

O artigo 49 do Código Civil estabelece que, se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.

Dessa maneira, a decisão proferida a folhas 65 acolheu liminarmente a pretensão do autor, nomeando-lhe administrador provisório com a finalidade de convocar assembleia para as novas eleições e para emitir cheques bancários da conta indicada a folhas 03, prestando-se contas à associação, na pessoa do presidente eleito.

O autor cumpriu a decisão de folhas 65, instruindo os autos com a cópia da ata da assembleia realizada no dia 28/11/2014, na qual foi eleita a nova diretoria para o período de 01/01/2015 a 31/12/2016, cessando, assim, a administração provisória para a qual foi nomeado.

A questão relativa a eventual emissão de cheques, como assentado na decisão de folhas 65, deveria ser dirigida ao presente eleito por meio de prestação de contas.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, confirmando-se a liminar deferida a folhas 65. Sem condenação em honorários, por se tratar de procedimento de jurisdição voluntária.

Certificado o recolhimento de eventuais custas remanescentes, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 19 de março de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**